

1 **ATA DA REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO DA ASSOCIAÇÃO PRÓ-GESTÃO DA**  
2 **BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PARAÍBA DO SUL (AGEVAP) COM A DIRETORIA DO COMITÊ**  
3 **DA BACIA HIDROGRÁFICA DO RIO PIABANHA E DAS SUB-BACIAS HIDROGRÁFICAS DOS RIOS**  
4 **PAQUEQUER E PRETO (COMITÊ PIABANHA), REALIZADA NO DIA VINTE E SEIS DE ABRIL DE**  
5 **DOIS MIL E DOZE, NO ESCRITÓRIO DA LIGHT, NO RIO DE JANEIRO - RJ.** Aos vinte e seis dias de  
6 abril do ano de dois mil e doze, no escritório da Light, no Rio de Janeiro (RJ), foi realizada a Reunião do Conselho  
7 de Administração (CA) da AGEVAP com a Diretoria do Comitê Piabanha (CBH Piabanha), com a **presença dos**  
8 **conselheiros:** Friedrich Wilhelm Herms, Sueleide Silva Prado, Dirceu Miguel Brandão Falce, Paulo Teodoro de  
9 Carvalho e Juarez de Magalhães; e dos **seguintes convidados:** José Carlos Lemgruber Porto (Diretor-Presidente -  
10 CBH Piabanha), David Michael Miller (Diretor-Administrativo - CBH Piabanha), André Soares de Mello,  
11 (Membro Titular - CBH Piabanha), Hendrik Mansur (Coordenador de Gestão – Diretoria-Executiva da AGEVAP),  
12 Roberta Machado (Analista AGEVAP), Daiane dos Santos (Assistente AGEVAP) Wallace Serafim Pavão  
13 (Administrador GEAGUA/DIGAT/INEA), Giselle de Sá Muniz, (Administradora GEAGUA/DIGAT/INEA),  
14 Teresa Barbosa, (TextoArte Comunicação), Daniel Rezende (TextoArte Comunicação) e Gisela Sanches  
15 (TextoArte Comunicação). **1 – APRESENTAÇÃO.** A reunião foi presidida pelo Presidente do Conselho de  
16 Administração, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, que iniciou o encontro agradecendo a presença de todos. Em seguida,  
17 o Presidente falou sobre o objetivo do encontro, esclarecendo que o Conselho de Administração está procurando  
18 organizar e identificar pontos onde a Agência de Bacias (AGEVAP), como prestadora de serviço, pode melhorar o  
19 atendimento e as necessidades dos diversos Comitês. Explicou também que, atualmente, a AGEVAP possui um  
20 contrato, com a Agência Nacional de Águas (ANA), para atender o Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do  
21 Rio Paraíba do Sul (CEIVAP) e dois contratos, com o Instituto Estadual do Ambiente do Rio de Janeiro (INEA),  
22 para atender os quatro Comitês Fluminenses e o Comitê Guandu e que, além das reuniões que vão ser realizadas  
23 com esses Comitês, o Conselho já se reuniu com a Diretoria do CEIVAP para tratar do mesmo assunto. Em  
24 seguida, fez uma explicação sobre os contratos dizendo que, diferente da ANA, o contrato com o INEA é exclusivo  
25 para fazer o atendimento como Secretaria Executiva, ou seja, ajudar na organização dos Comitês, dar  
26 encaminhamentos aos documentos e gastar o mínimo na operacionalização, não tendo, portanto, nenhuma  
27 atribuição para investimentos em projetos, situação que poderá ser revertida desde que o Comitê decida por esta  
28 opção. O Presidente usou o CEIVAP para exemplificar que no contrato com a ANA a AGEVAP recebe o recurso  
29 total de arrecadação da cobrança na bacia. Nos Comitês Fluminenses o INEA só repassa parte da arrecadação, por  
30 isso, ficou acertado que os recursos são para financiar apenas a Secretaria Executiva do Comitê. Disse ainda, que as  
31 reclamações para o cumprimento de alguns serviços tem preocupado o Conselho. Ele explicou que a AGEVAP tem  
32 de seguir o Regimento Interno dos Comitês, bem como o seu próprio Regimento Interno e Estatuto, o que, algumas  
33 vezes, limita a execução de algumas demandas. Por este e outros motivos é que a AGEVAP decidiu ouvir os  
34 Comitês para saber o que pode ser melhorado, a fim de que os Comitês fiquem satisfeitos com os serviços  
35 prestados. Após a apresentação, o Presidente do CA passou a palavra ao Diretor-Presidente do Comitê Piabanha, Sr.  
36 José Carlos Lemgruber Porto, que iniciou sua fala fazendo uma rápida retrospectiva sobre a criação do Comitê e do  
37 desejo que já existia, há muitos anos, de ter a AGEVAP como Agência de Bacia. José Carlos, disse não haver  
38 reclamações sobre a prestação de serviço da AGEVAP, mas expôs a dificuldade que estão tendo com três projetos  
39 de Estação de Tratamento de Esgoto, localizadas em três regiões da cidade de Teresópolis. Ele explicou que o  
40 recurso alocado para o Comitê aconteceu no final do governo anterior, para atender os projetos que estavam em  
41 andamento na Secretaria de Estado do Ambiente (SEA). Mas que devido às irregularidades os projetos não vão  
42 obter o aval do Comitê para serem executados. Após as explicações, o Diretor-Presidente do Comitê solicitou a  
43 ajuda da AGEVAP para resolver esta situação. Neste momento o Secretário do CEIVAP e representante da LIGHT,  
44 Sr. Alexandre Nascimento da Silveira, compareceu ao local para dar as boas-vindas aos visitantes, fazendo as  
45 honras como anfitrião da Casa. Dando seguimento ao assunto, o Diretor de Administração do Comitê Piabanha, Sr.  
46 David Michael Miller, informou que o Comitê tentou acompanhar os projetos antes da sua execução, mas que,  
47 apesar de o pedido ter sido feito no ato da contratação, só tiveram a autorização para participar do acompanhamento  
48 após o recebimento de uma carta do Fundo Estadual de Recursos Hídricos (FUNDRHI). O documento mostrava  
49 que o dinheiro havia saído da conta do Comitê para pagar a empresa contratada, ou seja, não foi possível saber  
50 como o recurso foi gasto e só depois da ajuda do INEA é que obtiveram os documentos para entender o processo. O  
51 Presidente do CA ressaltou que este item não está contemplado no Contrato de Gestão com o INEA, o que isenta a  
52 AGEVAP desta responsabilidade, mas se o Comitê decidir que existe interesse de inserir esta demanda, o próprio  
53 contrato prevê em suas cláusulas a suplementação de valores para a elaboração de projetos. Assim, se o Comitê  
54 fizer esta requisição e ela for aprovada pelo Conselho Estadual de Recursos Hídricos (CERHI), os recursos podem  
55 ser repassados para a Agência para que ela exerça também esta função. O Presidente do CA tomou como exemplo o

56 contrato do INEA para atendimento do Comitê Guandu, que tem usado esses mecanismos para agilizar os  
57 processos, deliberando quais são os projetos, e repassando o recurso para a AGEVAP atuar como agência  
58 executora. O Sr. Friedrich Wilhelm Herms disse que é muito importante que o Comitê separe a função operacional,  
59 função que é executada pela Agência no contrato, da função deliberativa, que é a função do Comitê. O Sr. José  
60 Carlos salientou que o Comitê apenas preocupa-se com o acompanhamento dos projetos, para que não aconteçam  
61 os mesmos problemas que ocorreram com os de Teresópolis. O Conselheiro Sr. Juarez de Magalhães questionou se  
62 este problema já havia sido levado ao Conselho Estadual de Recursos Hídricos. O Diretor Presidente do Comitê  
63 Piabanha informou que não. O Presidente do CA sugeriu então que o assunto fosse encaminhado ao CERHI, uma  
64 vez que a AGEVAP não pode intervir nesta ação. O Diretor Presidente do Comitê Piabanha colocou outra  
65 preocupação com relação ao fato de o Comitê não conseguir trazer os agricultores para participar do Comitê, uma  
66 vez que eles são os mais impactados. O Coordenador de Gestão da AGEVAP, Sr. Hendrik Mansur, informou existir  
67 um caminho para resolver este problema, que é a compensação financeira. Ele disse que o recurso pago pelo INEA  
68 tem funcionado com os outros Comitês Fluminenses, e citou, por exemplo, o CEIVAP que fez uma deliberação  
69 para que as Organizações Não-Governamentais (ONGs) recebam ajuda de custo para participarem das reuniões. O  
70 Coordenador disse que o mesmo poderia ser feito pelo Comitê Piabanha para trazer os agricultores. O Diretor  
71 Presidente do Comitê Piabanha ressaltou a importância da socialização destes dados, uma vez que o Comitê ainda  
72 está começando e o esclarecimento é importante para todos. O Presidente do Conselho de Administração lembrou  
73 mais uma vez, que o caminho para resolver estas questões está nas mãos do Comitê, pois são eles que possuem o  
74 poder de decisão. Em seguida, o Conselheiro Sr. Paulo Teodoro pediu a palavra e fez um breve resumo sobre a  
75 gestão de recursos hídricos e sua forma descentralizada e participativa. Finalizou opinando sobre a situação dos  
76 projetos em Teresópolis, afirmando que se os projetos não estão de acordo com que o Comitê que a falha estaria no  
77 Edital ou em sua execução. Disse também que se o Comitê não aceitar esse projeto é preciso que ele exponha suas  
78 questões sobre o assunto informando seu parecer e dizendo que não irá aprová-lo da forma como está sendo  
79 colocado. O Presidente do CA apontou mais dois problemas que são visíveis, o primeiro é que o modelo híbrido  
80 como uma experiência inicial foi válido, mas que agora está apresentando problema. O outro seria com relação à  
81 capacitação dos membros dos Comitês, situação que caberá a AGEVAP uma articulação com os demais Comitês,  
82 para iniciar um projeto de realização de reuniões conjuntas, a fim de trocar experiências. O Presidente falou do  
83 Comitê Guandu que teve 11 (onze) ações repassadas para a AGEVAP, fora do contrato de gestão, embora tenha o  
84 mesmo modelo de contrato que os Comitês Fluminenses. O Sr. Wallace Serafim Pavão, Administrador do  
85 GEAGUA/DIGAT/INEA, esclareceu que esses projetos eram demandas reprimidas do Comitê Guandu. O  
86 Coordenador de Gestão, Hendrik Mansur, informou que esses 11 (onze) projetos ainda não tinham sido iniciados. O  
87 Diretor Presidente do Comitê Piabanha sugeriu a ideia de criar um Fórum com todos os Comitês de Bacias, para  
88 que essas informações e experiências possam ser trocadas e, a partir daí, outras soluções possam surgir para os  
89 problemas individuais de cada Comitê. **ENCAMINHAMENTO 1** - *O Presidente do CA recomendou ao Diretor-*  
90 *Executivo da AGEVAP que sejam reunidos os cinco comitês, a fim de proporcionar uma troca de experiências*  
91 *objetivando elevar o nível de conhecimento de todos.* O Sr. Wallace questionou os integrantes do Comitê Piabanha  
92 se após a realização da oficina de planejamento e dos produtos obtidos, já havia sido feito o detalhamento desses  
93 resultados, pois baseado neles e por saber a forma operacional, o segundo passo seria apenas conversar com a  
94 AGEVAP. O Presidente do CA informou existir o recurso da compensação hidrelétrica do Estado que passou a ser  
95 administrada pelo INEA, e que está sendo utilizado para promover ações nos Comitês que tenham menos condições  
96 financeiras, mas que pela falta de conhecimento poucos estão usando este dinheiro. O Sr. Wallace complementou  
97 dizendo que este recurso do Fundo é alocado na conta para custear administrativamente os Comitês. Finalizado esse  
98 assunto o Conselho deu prosseguimento a outro tópico. **2 – ATENDIMENTOS ESPECÍFICOS: PESSOAL,**  
99 **LOGÍSTICA E APOIO DA SECRETARIA EXECUTIVA (AGEVAP) PARA O COMITÊ.** Iniciando o  
100 segundo item da reunião, o Presidente do CA, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, pediu aos membros do Comitê  
101 Piabanha que informassem a situação operacional na Unidade Descentralizada (UD) e as necessidades e demandas  
102 para a Secretaria Executiva. Disse também que esta avaliação é importante para uma futura negociação do contrato  
103 de gestão. O Diretor Presidente do Comitê Piabanha explicou que o escritório está funcionando dentro de uma  
104 faculdade, em Teresópolis, e atende as necessidades do Comitê, e que ainda tem o apoio da faculdade na liberação  
105 de auditórios e equipamentos para as reuniões. O Sr. David Michael Miller voltou a falar sobre o planejamento da  
106 oficina, dizendo que foram levantados vários pontos importantes e que será feito um relatório, em ordem de  
107 prioridade, para serem repassadas as demandas que cabem à AGEVAP. Disse também que a partir dessa oficina foi  
108 identificada a necessidade de se investir em mobilização social e sugeriu que nas reuniões conjuntas, que  
109 acontecerão com os demais Comitês, seja distribuída uma cartilha simples e/ou filmes educativos. Que os filmes  
110 poderiam ser exibidos nas cidades que estão na área de atuação do Comitê e, principalmente, um material que

111 poderia ser utilizado por todos, não apenas pelo Piabanha. O Coordenador de Gestão da AGEVAP, Sr. Hendrik  
112 Mansur, informou aos Conselheiros e demais presentes que foi entregue um Plano de Comunicação para o Comitê  
113 que será analisado pela Câmara Técnica, e sugeriu que o filme seja incluído nele. Sugeriu que os materiais de  
114 mobilização como, por exemplo, a cartilha sirvam de forma comum a todos e que sejam feitos com os recursos da  
115 compensação hidrelétrica do Estado, repassados ao INEA. Sobre a cartilha, o Administrador  
116 GEAGUA/DIGAT/INEA, Sr. Wallace Serafim Pavão, disse que caso o material seja enviado pronto, apenas para a  
117 impressão, ficaria ainda mais fácil para o INEA fazer o produto. O Presidente do CA aprovou a ideia da produção  
118 dos materiais para mobilização social e disse que este tipo de ação é fácil de ser feita e que já existem materiais  
119 prontos que podem ser copiados, mas para que sejam feitos é necessário que os Comitês façam uma deliberação  
120 destinando recursos para este tipo de ação. **ENCAMINHAMENTO 2** – *O Conselho recomendou que a AGEVAP*  
121 *verifique a possibilidade de produzir cartilhas e filmes educativos para os Comitês.* O Sr. José Carlos Lemgruber  
122 Porto pediu que seja criado um banco de dados para socializar essas informações e que todos os comitês dividam  
123 esse custeio. **3. DADOS PARA O PLANO DE BACIA.** O Diretor Administrativo do Comitê Piabanha informou  
124 que existe um planejamento para realização de reuniões em cada município da bacia abrangida pelo Comitê, com o  
125 objetivo de fazer uma pesquisa para a apuração de diversas informações, como mobilização, cadastro de usuários e  
126 também levantar dados de cada município para o Plano de Bacia. Ele pediu a orientação sobre como essas  
127 informações podem ser repassadas, a título de contribuição, para a empresa que será contratada para executar o  
128 Plano. Foi explicado pelo Sr. Hendrik Mansur que o Coordenador de Núcleo, que está alocado dentro do Comitê  
129 Piabanha, pode e deve participar dessas reuniões, desde que elas sejam programadas e não prejudique o trabalho do  
130 próprio Comitê. Outra consideração foi que o Plano de Bacia vai contratar uma empresa para levantar os dados,  
131 mas que se as informações obtidas das prefeituras forem importantes não existiria problema em serem repassadas  
132 para a AGEVAP, desde que estes detalhamentos venham de uma fonte oficial. Mais uma vez foi colocada a questão  
133 operacional e deliberativa pelo Presidente do CA, que explicou que as reuniões são de responsabilidade do Comitê  
134 e que após as coletas dos dados, as informações seriam repassadas para a AGEVAP, que a partir de então tomaria  
135 as devidas providências sobre o material. O Conselheiro Sr. Juarez de Magalhães questionou se o Termo de  
136 Referência faz menção de que a coleta de dados seja feita pela empresa contratada. O Coordenador de Gestão da  
137 AGEVAP afirmou que sim, mas ressaltou que os dados gerados pelas reuniões do Comitê ajudariam numa apuração  
138 mais aprofundada. A Conselheira Suleide Prado lembrou que qualquer empresa antes de iniciar uma coleta de  
139 dados irá procurar saber se já existem informações compiladas e, a partir daí, irá buscar as demais e verificar a  
140 veracidade das já existentes, facilitando assim o serviço. O Conselheiro Sr. Paulo Teodoro fez uso da palavra  
141 colocando algumas considerações sobre os itens discutidos e destacou a necessidade de se ter uma melhor  
142 informação técnica sobre o assunto. Disse que existe a necessidade de haver mais agilidade na aplicação dos  
143 recursos e também a análise de cada setor dentro do sistema, para a priorização do que realmente é importante. O  
144 Sr. José Carlos Lemgruber Porto questionou a aplicação dos recursos que estão parados no Fundo Estadual de  
145 Recursos Hídricos. O Presidente do CA disse que essa é uma situação que precisa ser revertida pelos Comitês, por  
146 meio da geração de demandas e deliberações. O Administrador GEAGUA/DIGAT/INEA, informou existir uma  
147 preocupação sobre este assunto e que é necessária uma motivação junto aos Comitês, para que os R\$  
148 100.000.000,00 (cem milhões) que estão no FUNDRI não fiquem sem aplicação. Os representantes do Comitê  
149 Piabanha disseram que ainda estão sufocados com alguns passivos, mas que agora o Comitê já está começando a  
150 produzir mais demandas para a sua Secretaria Executiva. Outro assunto abordado na reunião foi a questão da  
151 drenagem urbana, tema discutido entre o Sr. Friedrich Wilhelm Herms e o Sr. José Carlos Lemgruber Porto. Mais  
152 uma vez o Diretor-Presidente do Comitê Piabanha colocou a dificuldade que sente com a falta de troca de  
153 experiências que deram certo, bem como dados importantes como as deliberações. O Presidente do CA disse que a  
154 AGEVAP vai se dedicar a sanar estas dificuldades e solicitou que o Comitê também se comprometa a perguntar  
155 mais. Em seguida, foi colocada em pauta a participação dos Comitês e da Agência no evento “Rio+20”, que  
156 acontecerá no mês de junho, na cidade do Rio de Janeiro. O Presidente do CA disse que não cabe a participação da  
157 Agência no evento, mas sim dos Comitês, Conselho Estadual de Recursos Hídricos e Órgão Gestor Estadual. O Sr.  
158 Wallace informou que haverá um estande do INEA especificamente dedicado aos Comitês de Bacias. Outra dúvida  
159 apontada pelos integrantes do Comitê foi sobre a possibilidade de realização de um seminário com o tema  
160 Drenagem Urbana, proposto por um professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro, que também sugeriu que  
161 a realização do evento não fosse só do Comitê Piabanha, mas com a integração de outros Comitês. A dúvida é se a  
162 realização desta ação deveria ser feita por meio da AGEVAP ou pelo próprio Comitê. O Presidente do CA  
163 esclareceu que, primeiramente, seria necessário consultar os demais Comitês para verificar o interesse deles e, após  
164 a decisão, duas opções poderiam ser tomadas sobre o assunto: a primeira seria contratar uma empresa de eventos  
165 para promover o seminário, a segunda seria contratar a AGEVAP para fazer execução. Outras dúvidas sobre

166 projetos foram sanadas durante a reunião. O Conselheiro Sr. Paulo Teodoro pediu a palavra e lembrou a todos qual  
167 era o objetivo real da reunião: conhecer a realidade dos comitês para os quais a AGEVAP presta serviço, conhecer  
168 suas dúvidas, para que a Agência possa se preparar melhor no atendimento e oferecer um serviço de qualidade. O  
169 Sr. Friedrich Wilhelm Herms reafirmou a colocação do Conselheiro Paulo Teodoro dizendo que a Agência pode  
170 ajudar desde que os Comitês informem suas necessidades, o que querem, como querem, e que esta postura pode ser  
171 tomada sempre que existir qualquer tipo de dificuldade. ENCAMINHAMENTO 3 – *O Presidente do Conselho de*  
172 *Administração recomendou que as informações e ações entre os demais Comitês sejam divulgadas visando à*  
173 *integração, seja por meio de sites, mala direta ou outros meios, desde que facilitem o acesso aos dados.* Nada mais  
174 havendo a tratar, o Presidente Conselho agradeceu a presença de todos e declarou encerrada a reunião, tendo a  
175 presente ata sido lavrada por mim, Gisela Sanches de Souza, secretária *ad hoc*. E, depois de aprovada, foi assinada  
176 pela pelo Presidente do Conselho de Administração da AGEVAP, Sr. Friedrich Wilhelm Herms, que presidiu a  
177 reunião.

178  
179  
180  
181

182 **Rio de Janeiro, 26 de abril de 2012**

183  
184  
185  
186  
187  
188  
189

Friedrich Wilhelm Herms  
Presidente do Conselho de Administração